

2ª SÍNTESE

Uso e produção de mídia na sala de aula

INTRODUÇÃO

A Cátedra Maria Aparecida Baccega, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo - PPGCOM da ESPM, é dedicada às inter-relações entre comunicação e consumo, privilegiando a sua interface com o campo da educação. Desde 2019, a Cátedra tem realizado pesquisas com educadores dos ensinos Fundamental e Médio sobre seus hábitos de consumo midiático e como trabalham as mídias com seus alunos. A partir dos dados coletados, são desenvolvidas ações para apoiar a formação de educadores, de forma a contribuir para uma melhor utilização e consumo dos meios.

No sétimo ano desse estudo longitudinal, os grupos focais foram realizados exclusivamente com educadores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, com apoio da Unidade de Cooperação Técnica e Pesquisa (UCTEC) - EFAPE, visando ampliar as reflexões acerca da educação para a mídia e para o consumo.

Foram realizados três grupos focais após o término do ano letivo de 2025, contabilizando a participação de 11 educadores. A condução dos grupos focais foram alicerçadas em cinco tópicos, a saber:

- 1 | Como se dá o consumo de mídia pelos educadores
- 2 | Uso e produção de mídia na sala de aula
- 3 | Consciência crítica do uso da mídia pelos estudantes
- 4 | Curricularização da Educação Midiática
- 5 | Relação com a Tecnologia e IA

Nesta 2ª síntese, apresentamos as análises realizadas a partir dos relatos dos professores sobre seu próprio consumo de mídia cotidiano.

USO E PRODUÇÃO DE MÍDIA NA SALA DE AULA

O segundo bloco do grupo focal debateu sobre as práticas de uso e produção de mídia em sala de aula pelos professores. Ao longo da pesquisa, eles puderam compartilhar suas experiências sobre as situações didáticas em que recorrem às mídias, os formatos e recursos técnicos disponíveis, a relação entre seu próprio consumo midiático e o dos estudantes, e as mudanças percebidas a partir da restrição do uso de celulares nas escolas. As falas evidenciam um cenário marcado por desigualdades de infraestrutura, experimentações pedagógicas e tensões cotidianas entre o uso controlado da tecnologia e as demandas do currículo.

No que se refere às situações didáticas, os professores relataram usos variados das mídias: exibição de vídeos para introdução ou aprofundamento de conteúdos; atividades em plataformas digitais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como o *SPeak*; o *Leia SP* e o *BI Educação*; pesquisas orientadas; produções audiovisuais; e apresentações. Quando os dispositivos e recursos estão disponíveis, os estudantes utilizam notebooks e tablets fornecidos pelas escolas para acessar plataformas de leitura, realizar atividades avaliativas e, em alguns casos, editar vídeos ou montar apresentações. O YouTube apareceu como ferramenta especialmente para apoiar a alfabetização no Ensino Infantil e nos anos iniciais do Fundamental, onde é utilizado para mostrar histórias, fábulas e atividades de forma lúdica.

Quando o assunto é a relação entre o consumo midiático dos professores e o dos estudantes, alguns educadores relataram que procuram se aproximar do universo digital dos alunos como estratégia pedagógica. Uma professora de inglês contou que acompanha as redes sociais dos estudantes para identificar tendências e memes, incorporando esses elementos às aulas de forma a criar vínculos e engajamento:

“ Eles gostam muito disso. Inclusive eu tive um problema com o "six-seven". Então, toda aula que eu ia era esse meme, aí eles pararam para me explicar que meme era esse. Em que contexto tinha acontecido. E eu achei muito interessante, porque surgiu uma conversa em torno disso.

Outra professora, de filosofia, desenvolveu uma atividade avaliativa em que os estudantes criavam perfis fictícios de filósofos pré-socráticos no Instagram, elaborando o que cada pensador postaria e por quê. Esse tipo de proposta articula domínio de conteúdo, criatividade e letramento digital, ao mesmo tempo em que parte de uma linguagem familiar aos jovens.

Em meio às discussões dos grupos focais, uma educadora também refletiu sobre a distinção entre uso técnico da tecnologia e formação crítica sobre mídia de fato. Ela destacou que muitas plataformas digitais colocam o estudante numa posição passiva, fazendo no computador o mesmo que faria no caderno, e que isso não equivale a uma educação para as mídias. Em seu colégio, os professores criaram um grupo de trabalho sobre metodologias ativas e suas múltiplas tecnologias, justamente para não reduzir o conceito ao digital:

“Então, é muito bom fazer um vídeo. O Canva é apaixonante. Os alunos amam montar qualquer apresentação no Canva. Eles se empolgam para montar e apresentar. Mas o que importa ali? O que está em desenvolvimento com mobilidade é a capacidade de pesquisar, montar o seu discurso e fazer uma apresentação.

Essa perspectiva dialoga com a reflexão de outra professora que busca trabalhar com produção de mídia em sala de aula, como a criação de podcasts e vídeos, além de propor análises críticas de notícias, identificação de fake news e discussão sobre fonte e intencionalidade das informações. Segundo ela, isso faz parte de sua própria relação com a produção de conteúdo midiático e com as formas de lidar com o que é ser professor no século XXI.

“Então, eu busco sempre trabalhar de forma integrada com o currículo, temos as devidas obrigações contratuais com o currículo. Então, para além de entender o currículo como um objeto em transformação, eu também entendo que essa mídia precisa ser lida criticamente para analisar a notícia, identificar o que é o conceito de fake news, discussão sobre fonte e intencionalidade. Como uma colega falou anteriormente, e saber como isso foi produzido, de onde saiu e com qual intuito isso foi produzido.

A restrição do uso de celulares, que se consolidou em 2025, foi avaliada de forma ambivalente pelos professores. Por um lado, muitos reconheceram avanços significativos no ambiente escolar. Um dos educadores relatou que a implementação

de caixas para recolhimento dos aparelhos, aliada a um protocolo gradual de mediação com os estudantes que insistiam em usar o celular durante as aulas, contribuiu para maior atenção e participação. Em sua escola, o descumprimento da regra passou a implicar a suspensão e entrega do aparelho apenas ao responsável, o que vem gerando resultados concretos. O professor comparou a situação a usar cinto de segurança por obrigação, não por consciência, mas reconheceu que os resultados práticos são reais:

“então, quer dizer, eles estão parando de usar o celular, muitos, a grande maioria, por quê? A escola está recolhendo, chama o responsável, no dia mesmo que foi pego usando o celular, e dá uma suspensão. E a direção só entrega o celular para o responsável. Então, tem aluno que só foi pegar o celular no outro dia.

Por outro lado, a proibição aprofundou um problema estrutural já existente: a insuficiência de equipamentos para acesso à internet nas escolas. Em diversas instituições, os notebooks e tablets disponíveis são em quantidade inferior ao número de alunos por sala, apresentam falhas técnicas recorrentes ou dependem de uma internet escolar instável. Uma professora relatou que dezesseis celulares pertencentes à escola ficaram inutilizáveis após alunos bloquearem os aparelhos com senhas pessoais, um episódio que, além do prejuízo material, evidenciou a necessidade de uma educação para o uso de equipamentos públicos. Outro docente pontuou a contradição vivida quando, para garantir a realização de atividades em plataformas exigidas pela rede estadual, precisa permitir o uso do celular pessoal do aluno na ausência de outros dispositivos:

“Não gosto de celular na sala de aula. Mas se for para salvaguardar meu cargo, vou deixar ele utilizar.

Essa fala expõe as pressões institucionais que recaem sobre os professores e a dificuldade de conciliar as exigências de desempenho nas plataformas com a política de restrição dos aparelhos.

A realização da Prova Paulista em formato digital também trouxe episódios problemáticos. Professores descreveram situações em que os alunos abriam abas paralelas durante as provas para consultar o Google ou outros sites, ou mesmo

realizavam a avaliação em casa antes da data prevista, quando o sistema ainda estava acessível. A migração da prova para o formato impresso em 2026 foi descrita por alguns como um alívio, embora não tenha eliminado completamente as tentativas de cola.

O conjunto dessas experiências revela um campo pedagógico em transformação, no qual os professores navegam entre possibilidades criativas e limitações. Se, por um lado, há iniciativas inventivas que integram as mídias ao currículo de forma significativa, como a produção de perfis filosóficos nas redes sociais, a criação de jornais e podcasts escolares, o uso de fábulas no YouTube como ponte para a alfabetização, por outro, persiste uma infraestrutura desigual que compromete a continuidade e a escala dessas práticas. A restrição do celular, embora bem-vinda por parte dos educadores, não veio acompanhada de investimento proporcional em equipamentos e conectividade. Os estudantes chegam às escolas imersos em um universo digital, mas as condições para uma educação midiática crítica e intencional ainda estão em construção.
